



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-Compartilha Igual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/).

Disciplina: Mídias digitais e legitimação da diversidade cultural

Docente: Prof.^a Dr^a Mariângela Sólla López

Módulo 1

1 Conceitos norteadores¹

Nos últimos anos, o vertiginoso avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação contribuiu para impulsionar profundas mudanças na sociedade, alterando aceleradamente relações sociais, sistemas políticos e de valores, dentre outros.

Não vamos entrar aqui na discussão a respeito de como deve ser chamada a sociedade contemporânea: *Sociedade da informação*, *sociedade do conhecimento* ou ainda *sociedade em rede*, no dizer de Castells (1999), alguns a denominam *sociedade pós-moderna* (Hall, Jameson), enquanto outros argumentam que se vive uma variedade mais maleável e fluída da mesma modernidade, utilizando a expressão *modernidade líquida* para mencioná-la (Bauman).

Seja como for denominado o período em que vivemos, o que observamos na atualidade é a diluição de paradigmas, conceitos e valores que sustentaram e deram estabilidade à humanidade na era moderna. Hoje, convivemos com muitas incertezas, procurando outros ordenamentos, misturando-nos por meio de interconexões, construindo interfronteiras entre sólidos polos.

¹ Texto de trabalho escrito como roteiro para o Módulo 1 da disciplina Mídias Digitais e Legitimação da Diversidade Cultural, do curso de especialização Mídia Digitais para a Educação, ministrado na modalidade EAD.

Estudiosos e pesquisadores da sociedade têm dedicado boa parte de seu tempo para refletir sobre essas transformações sociais, daí a necessidade de destacarmos aqui alguns aportes que podem contribuir para a reflexão e provocar a discussão em torno à temática central desta disciplina: Mídias Digitais e Legitimação da Diversidade Cultural.

1.1 Sociedade em rede e comunicação

Em 1999, o sociólogo espanhol Manuel Castells lança no Brasil a trilogia “A Era da Informação: economia, sociedade e cultura”, cujo primeiro volume é intitulado “A Sociedade em Rede”. Nele, o autor nos fala de uma nova estrutura social baseada no desenvolvimento das novas tecnologias de informação, cuja revolução penetrou em todas as esferas da atividade humana, provocando mudanças significativas.

Segundo Castells, os cinco aspectos fundamentais da sociedade em rede são: a informação é matéria-prima; as novas tecnologias penetram em todas as atividades humanas; a lógica de redes está presente em qualquer sistema ou conjunto de relações usando essas novas tecnologias; há uma flexibilidade de organização e reorganização de processos, organizações e instituições; e, por fim, a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado (CASTELLS, 1999, pp.78-79).

Ele entende que as redes são constituídas por conjuntos de nós interconectados e que

[...] são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto, altamente dinâmico, suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio (CASTELLS, 1999, p. 499).

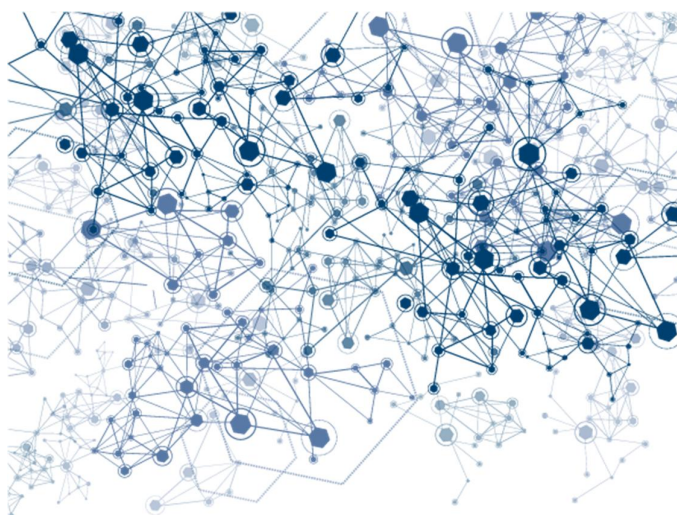


Figura 1 – Morfologia social definida por uma topologia em forma de rede conectada por nós

Nessa perspectiva, pensar a sociedade hoje significa deslocar o olhar para as complexas e dinâmicas redes de relações e interações que se entrecruzam nas diferentes dimensões comunicativas, uma vez que a comunicação articula todos os lados e as formas da vida cultural e social dos povos. É, no dizer de Martín-Barbero, entender a comunicação como lugar de intersecção de múltiplas redes de poder e de produção cultural (2001, p. 19).

A utilização crescente da rede mundial de computadores (Internet) está impulsionando o surgimento de um conjunto de práticas sociais, políticas e culturais que aponta para ações de participação em uma escala mais ampla. Nesse sentido, a comunicação em rede trouxe, além de maior quantidade de informação, maior rapidez na circulação dos conteúdos, uma vez que a estrutura de rede possibilita um crescimento exponencial, graças às suas ilimitadas conexões. Isso sem falar na dissolução das fronteiras geográficas e das barreiras temporais, que ampliam as possibilidades de trocas entre os usuários da rede.

Em entrevista concedida em 2016, Castells afirma²:

² Informação extraída da entrevista concedida pelo autor à Organização Não Governamental Fronteiras do Pensamento. Disponível em: <<https://ptbr.facebook.com/fronteirasweb/posts/834869766620804>>. Acesso em: jan-2018.

Existem sete bilhões de números de telefones celulares no mundo e 50% da população adulta do planeta tem um smartphone. O percentual será de 75% em 2020. Consequentemente, a rede é uma realidade generalizada para a vida cotidiana, as empresas, o trabalho, a cultura, a política e os meios de comunicação. Entramos plenamente numa sociedade digital (não o futuro, mas o presente) e teremos que reexaminar tudo o que sabíamos sobre a sociedade industrial, porque estamos em outro contexto.

Para termos uma ideia do número de acessos à Internet, vejamos o que ocorre no Brasil. De acordo com a Agência Brasil, em outubro de 2017, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento divulgou um relatório no qual o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking mundial de usuários de internet, com 120 milhões de pessoas conectadas. Os três primeiros lugares são ocupados pela China (750 milhões), Índia (333 milhões) e Estados Unidos (242 milhões). Depois do Brasil, aparecem Japão (118 milhões), Rússia (104 milhões), Nigéria (87 milhões), Alemanha (72 milhões), México (72 milhões) e Reino Unido (59 milhões)³.

Outro indicador importante é a “Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 – Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira”⁴, realizada pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa) sob encomenda da Secretaria de Comunicação Social do governo. Realizada entre 23 de março e 11 de abril de 2016, a pesquisa ouviu 15.050 pessoas com mais de 16 anos em todo o país, dos quais, segundo o resultado, 50% acessa a internet diariamente, e o tempo médio de acesso à rede é de 4:30 horas.

A Internet também obteve destaque como meio utilizado pelos brasileiros para se informar, enquanto o celular aparece como o meio mais utilizado para acessar a rede, conforme pode ser observado nas tabelas abaixo.

³ Informação disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-10/relatorio-aponta-brasil-como-quarto-pais-em-numero-de-usuarios-de-internet>>. Acesso em: jan-2018.

⁴ Informação disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>> Acesso em: jan-2018.

P01) Em que meio de comunicação o(a) sr(a) se informa mais sobre o que acontece no Brasil? E em segundo lugar? **(ESTIMULADA - ATÉ DUAS MENÇÕES)**

Base: Amostra (15050)	1ª MENÇÃO	1ª+2ª MENÇÕES
TV	63%	89%
Internet	26%	49%
Rádio	7%	30%
Jornal	3%	12%
Revista	0%	1%
Meio externo (placas publicitárias, outdoor, ônibus, elevador, metrô, aeroporto)	0%	0%
Outro (Esp.)	0%	2%
NS/ NR	0%	0%

P26) Como o(a) sr(a) costuma utilizar mais a internet: por computador, pelo tablet ou pelo telefone celular? E em segundo lugar? **(ATÉ DUAS MENÇÕES)**

Base: para quem costuma usar a internet (9307)	1ª MENÇÃO	1ª+2ª MENÇÕES
Telefone celular	72%	91%
Computador	25%	65%
Tablet	3%	12%
TV	0%	0%
Vídeo game	0%	0%
Nenhum outro	0%	28%
NS/ NR	0%	0%

Castells afirma que a Internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. A rede processa a virtualidade e a transforma em nossa realidade. Isso constitui a sociedade em rede na qual vivemos (2003, p. 287). Dessa forma, a Internet é mais do que uma simples tecnologia e pode ser entendida como a forma organizativa da sociedade (Idem, p. 250).

Esse novo lugar por onde a informação circula é o ciberespaço, espaço de comunicação, de diálogo, de agregação e de coletivização que, segundo Lemos (2002, p.88), pode ser tanto o lugar em que estamos quando entramos em um ambiente simulado de realidade virtual, como o conjunto de redes de computadores, interligadas ou não, em todo o planeta.

O ciberespaço não existe em oposição ao real, ele possibilita a emergência de movimentos e articulações que passam a atuar transversalmente aos modelos tradicionais, como, por exemplo, na produção, distribuição e consumo de bens simbólicos, gestando novos modelos de negócios em rede, ou ainda articulando e mobilizando pessoas para participar de manifestações e intervenções em prol de causas comuns.

Como há muitos mitos em torno à rede mundial de computadores, Teixeira considera que “é necessário esclarecer que a Internet não modifica o comportamento dos internautas, na verdade, as pessoas se apropriam da Internet e das suas potencialidades e, assim, amplificam a capacidade de se comunicar e de criar” (2012, p. 10). A comunicação, então, se intensifica e os indivíduos podem conectar ideias, crenças, valores e emoções.

Nesse sentido, Santaella acrescenta:

Quaisquer mídias, em função dos processos de comunicação que propiciam, são inseparáveis das formas de socialização e cultura que são capazes de criar, de modo que o advento de cada novo meio de comunicação traz consigo um ciclo cultural que lhe é próprio e que fica impregnado de todas as contradições que caracterizam o modo de produção econômica e consequentes injunções em que tal ciclo toma corpo (SANTAELLA, 2003, p. 23).

Temos, então, que a sociedade da informação funciona em rede, em escala planetária e de forma acelerada. Possui gigantescos estoques de informação sobre os mais variados temas, que se apresentam na rede nos mais diversos formatos, para todos os públicos. “Resumindo, a sociedade se organiza entorno de uma cultura, que é uma maneira de ver o mundo, por meio de um conjunto de ideias implícitas e explícitas, que acabam predominando entre as possíveis” (MIRANDA, 2000, p.82).

1.2 Modernidade líquida e múltiplas identidades

As transformações que marcam a contemporaneidade e se manifestam em diversos contextos, como nas relações de trabalho, nos relacionamentos afetivos e na maneira como as identidades se constroem também são objeto de estudo do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Autor de inúmeras obras, Bauman analisa a vida social nos últimos tempos e afirma que a modernidade imediata (para ele, período posterior à modernidade sólida) é leve, líquida e fluída, em oposição à modernidade que a antecede.

É justamente essa fluidez da vida social, traduzida por Bauman na metáfora do líquido, e provocada pelo estado temporário das relações sociais, que ocasiona o deslocamento da identidade do sujeito pós-moderno. Segundo ele, as formas de vida moderna são incapazes de manter a mesma identidade por muito tempo, dado o estágio passageiro e efêmero das relações sociais (2001).

Assim, indicadores de uma identidade cultural antes estável - gênero, classe, etnia, raça e nacionalidade – que davam ao indivíduo uma ancoragem no mundo social, hoje são formados e transformados nas relações com outras pessoas. Essas mudanças instauraram no final do século XX o que Stuart Hall (2001) chamou de “crise de identidade”, com o surgimento do “sujeito sociológico”, aquele que forma sua identidade a partir da relação com as outras pessoas que mediam seus valores, sentidos e símbolos expressos em uma cultura.

Antes os indivíduos contavam com uma identidade unificada, fixa essencial e permanente, mas, na atualidade,

[...] a identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2001, p.11).

Assim, o sujeito pós-moderno assume múltiplas identidades em diferentes momentos, afetadas tanto pelos processos de socialização quanto

de globalização dos meios de comunicação e informação, pois a sociedade na qual o sujeito vive também está constantemente sendo descentrada e deslocada. Miranda ressalta que as identidades são também contraditórias e “as pessoas participam de várias simultaneamente, em combinações às vezes conflitantes, tais como ser mulher, pobre, homossexual e negra ao mesmo tempo” (2000, p. 82).

Nessa perspectiva, ao invés de falarmos de identidade como algo acabado, Miranda defende que “deveríamos falar de uma *identificação*, de um processo, e que essa identidade nunca é plena dentro dos indivíduos, ao contrário, ela precisa ser ‘preenchida’ e desenvolvida” (2000, p. 82). Em busca por novas identidades, o indivíduo desprovido de referências tradicionais procura pessoas com as quais compartilhar interesses em comum, prática intensificada com o acesso à rede mundial de computadores.

É nesse contexto que vamos falar, no próximo módulo desta disciplina, sobre Educação e Diversidade Cultural, discutir como a sociedade convive (ou não) com as diferenças e analisar a diversidade cultural na escola e na Internet.

Textos de apoio

MIRANDA, Antonio. **Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos.**

Disponível em:

<http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/629/1/ARTIGO_SociedadeInfor%20ma%C3%A7%C3%A3oGlobaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

TEIXEIRA, Leandro. **Sociedade em rede: formação de identidades digitais.**

Disponível em:

<file:///C:/Users/11718/Downloads/105-444-1-PB%20(1).pdf>

Vídeos

Bauman, modernidade líquida e identidade.

Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=x41HYC7HsTA>>

Entrevista com Manuel Castells

<<https://www.fronteras.com/entrevistas/manuel-castells-a-comunicacao-em-rede-esta-revitalizando-a-democracia>>

Atividades

1) Para debater no Fórum:

Castells – A obsolescência da educação

<https://www.fronteiras.com/videos/a-obsolescencia-da-educacao>

2) Produzir um relato sobre o perfil dos alunos que compõem suas salas de aula (gênero, etnia, raça, nacionalidade, classe social etc). Inclua também os hábitos de mídia dos estudantes (como se informam, que conteúdos lhes interessa, qual o tempo gasto nessas atividades, com que frequência as praticam etc.) Para isso, eleja algumas perguntas da Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016 (link abaixo) e aplique-as aos estudantes das suas salas de aula. O resultado vai auxiliá-lo (a) nas próximas etapas da disciplina.

Acesse a pesquisa no link abaixo:

<<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

_____. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A sociedade em rede. In: MORAES, Denis. **Por uma Outra Comunicação**. Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LE MOS, André. **Agregações eletrônicas ou Comunidades Virtuais?** Análise das listas Facom e Cibercultura. [S.l.], 2002. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/agregacao.htm>>. Acesso em: 15 jan-2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

MIRANDA, Antonio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. In: **Ciência da Informação**, v.29, n.2, p. 78-88, maio/ago. 2000.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. In: **Revista Famecos**, Porto Alegre, n, 22, 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewhttp://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3229/2493>>. Acesso em:

TEIXEIRA, Leandro. Sociedade em rede: formação de identidades digitais. In: **Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais**, v. 8, n.2, - p. 07-15, jul./dez. 2011.

MÓDULO 2

2 Educação e diversidade cultural⁵

Como vimos no módulo anterior, o crescente acesso ao volume cada vez maior de conteúdos na rede mundial de computadores ampliou exponencialmente a possibilidade de contatos entre pessoas com diferentes formas de viver e pensar, distintas culturas e valores. O ciberespaço tornou-se o lugar por excelência no qual esses encontros ocorrem e onde as pessoas vão buscar suas identidades.

Porém, ao mesmo tempo em que as tecnologias digitais significam uma oportunidade para divulgar a enorme diversidade das expressões culturais no mundo inteiro, elas também representam um desafio, pois na medida em que os contatos com práticas desconhecidas ou diferentes se intensificam, assistimos mudanças na sensibilidade das pessoas, nas suas formas de compreender o mundo e nas suas relações com os outros, provocando variadas reações: desde o confronto e a disputa até a identificação e o reconhecimento às diferenças.

O professor, que antes lidava com a diversidade cultural circunscrita ao ambiente escolar, precisa hoje olhar também para o ciberespaço, para as mídias digitais, para as redes sociais presentes na Internet – espaços frequentados pelos estudantes, onde o respeito e a intolerância às diferenças se manifestam, de forma a poder trabalhar essas questões na esfera da educação. Portanto, neste módulo vamos analisar algumas questões que permeiam a temática com o objetivo de contribuir para a discussão sobre o assunto.

2.1 Diversidade cultural na escola

Nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, a tônica da política educacional brasileira centrou-se na expansão das oportunidades, com vistas à ampliação do acesso à escola (BRASIL, 1997, p. 17). Na busca de promover a educação

⁵ Segunda parte do texto de trabalho, escrito como roteiro para a disciplina Mídias Digitais e Legitimação da Diversidade Cultural, do curso de especialização Mídia Digitais para a Educação, ministrado na modalidade EAD.

como direito de todos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205, as escolas tornaram-se espaços de grande diversidade, abrangendo as diferentes condições étnicas e culturais, as desigualdades socioeconômicas e os diversos grupos sociais. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, da Unesco (1990), reforça, no artigo 3, a necessidade de promover a equidade na educação, melhorando a qualidade e reduzindo as desigualdades.

Assim, a educação na perspectiva da diversidade cultural, aparece, pela primeira vez como tema transversal, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1997. O documento aponta para três frentes, nas quais o ensino deve atuar: conhecimento das culturas, reconhecimento social da diversidade cultural e combate à exclusão social, fundamentados nos princípios da democracia e da igualdade social (BRASIL, 1997). Já em 2001, nos deparamos com princípios norteadores de uma educação inclusiva nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. São eles: a preservação da dignidade, a busca de identidade e o exercício da cidadania (BRASIL, 2001, p. 23-27).

DIVERSIDADE E INCLUSÃO EM DOCUMENTOS
Constituição Federal - 1988 - artigo 3º, inciso IV. Constituição Federal - 1988 - Seção I, artigos 205 e 206 https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
Declaração Mundial sobre Educação para Todos - UNESCO 1990 - Art. 3º http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf
Parâmetros Curriculares Nacionais - temas Transversais: Pluralismo Cultural - 2001 http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf
Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação Básica - 2001, p.23-27 http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf

Segundo Gomes (2012, p. 688), “desde o processo de reabertura política a partir dos anos de 1980 aos dias atuais, vem se configurando um novo foco de interpretações a respeito de como equacionar a oferta da educação pública no contexto das desigualdades socioeconômicas e da diversidade”. Nesse sentido,

a postura central dos movimentos sociais, dos profissionais da educação e daqueles comprometidos com uma sociedade democrática e com a educação pública, gratuita e laica tem sido reafirmar o princípio constitucional contido no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 (GOMES, 2012, p. 688).

A escola do século XXI encontra-se diante do que Abramowicz, Rodrigues e Cruz chamam de “ascensão da diversidade”, definido como um processo

[...] de absorção e/ou resposta ao agravamento dos conflitos entre grupos sociais de diferentes culturas, etnias e raças e de acolhida às ações, demandas e discursos dos movimentos sociais – negro, feminista, indígena, homossexual, entre outros – que reivindicam, há algumas décadas o reconhecimento e inserção social e política dos particularismos étnicorraciais e culturais no interior do quadro nacional, especialmente nas políticas educacionais (2011, p.86).

As autoras ressaltam que falar sobre diversidade implica em reconhecer que ela se diferencia nacional e internacionalmente, variando conforme o período em que surge o tema e sobre o que gera a discussão de determinados grupos ou identidades culturais, espaciais e territoriais. Também Gomes (2012) afirma que a diversidade deve ser entendida como construção histórica, social, cultural e política das diferenças, pois ela se realiza em meio às relações de poder e ao crescimento das desigualdades e da crise econômica que se acentuam no contexto nacional e internacional.

Gomes explica que a análise sobre desigualdades e diversidade deverá ser realizada levando em consideração:

[...] os desafios da articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade ou de reconhecimento da diferença no contexto nacional e internacional, a necessária reinvenção do Estado rumo à emancipação social, o acirramento da pobreza e a desigual distribuição de renda da população, os atuais avanços e desafios dos setores populares e dos movimentos sociais em relação ao acesso à educação, à moradia, ao trabalho, à saúde e aos bens culturais, bem como os impactos da relação

entre igualdade, desigualdades e diversidade nas políticas públicas (2012, p. 687).

Ainda de acordo com Abramowicz, Rodrigues e Cruz é preciso estar atento às noções de diversidade e diferença utilizadas, muitas vezes, de forma indiferente. Elas dividem a abordagem dessas noções em três linhas: uma que trata as diferenças ou diversidades como contradições que podem ser apaziguadas; outra que utiliza os conceitos como estratégia de ampliação das fronteiras do capital; e a última que enfatiza as diferenças como produtoras de diferenças, não sendo passíveis de apaziguar. As autoras defendem uma “pedagogia do intolerável” como forma de resistência à homogeneização⁶.

Outro aspecto a ser considerado se refere à relação entre cultura e educação. Geralmente caracterizada como o conjunto de valores, crenças e costumes de um povo, transmitido de uma geração para outra, a noção de cultura não é consenso entre os estudiosos. Nessa perspectiva, Aranha e Martins (2005, p. 21 apud LIMA, 2013, p. 19) acrescentam que mesmo as necessidades básicas da espécie, como a reprodução e a alimentação, são realizadas de acordo com regras, usos e costumes de cada cultura em particular. Machado também defende que a cultura pode ser caracterizada como “um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores” (2001, p. 24 apud LIMA, 2013, p. 19).

Já o antropólogo Clifford Geertz propõe uma teoria interpretativa da cultura. Para ele, a cultura não é estática, pois o homem está amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Por isso, Geertz acredita que a cultura é um sistema de signos passíveis de interpretação e, para interpretá-la, é preciso compreender a teia de relações de significados e descrevê-los. Na concepção do autor, cultura é um contexto, no qual se desenvolvem os acontecimentos, os comportamentos, as instituições e os processos.

A partir dessas concepções observamos que o processo educativo se entrelaça com o conceito de cultura, uma vez que na escola o estudante tem a oportunidade de reconhecer as diferentes culturas, interpretar seus significados construídos dentro de um determinado contexto para poder, assim, conviver com a diversidade. Como afirma Forquin,

⁶ A esse respeito, ler o artigo escrito pelas educadoras, intitulado “A diferença e a diversidade na educação”, indicado no item ‘Textos de Apoio’ deste módulo.

educar, ensinar, é colocar alguém em presença de certos elementos da cultura a fim de que deles se nutra, que ele os incorpore à sua substância, que ele construa a sua identidade intelectual e pessoal em função deles. Ora, um tal projeto repousa necessariamente, num momento ou noutro, sobre uma concepção seletiva e normativa da cultura (1993 apud LIMA, 2013, p. 21).

Discussões sobre gênero, sexualidade, raça, religião, etnia estão inter-relacionadas e encontram-se presentes em uma escola heterogênea, cujos alunos não são iguais e, portanto, não é mais possível que o professor ignore essas diferenças. Ao contrário, defendem os estudiosos, é necessário que ele diversifique sua prática pedagógica, desenvolvendo o ensino aplicável a todos os alunos e atendendo as características e necessidades de cada um. Dessa forma, de acordo com Carvalho, teremos uma escola que “inclui a todos, que reconhece a diversidade e não tem preconceito contra as diferenças, que atende às necessidades de cada um e que promove a aprendizagem” (2002, p. 120).

A diversidade torna-se, talvez, o princípio de um caminhar rumo a transformações conceituais e práticas da escola, a fim de garantir educação para todos. O desafio está posto.

2.2 Diversidade cultural no ambiente digital

A sociedade em rede em que vivemos, conectada via rede mundial de computadores e constituída pela cibercultura, propicia o estabelecimento de relações sociais as quais resultam na formação de *comunidades virtuais* que, segundo Rheingold (1998 apud SILVA, 2011, p. 8), são agrupamentos humanos no ciberespaço ou no ambiente virtual. Essas pessoas se identificam em torno de interesses comuns e, como consequência da diluição das identidades tradicionais características da modernidade, as novas comunidades funcionam como estratégia para que o indivíduo adquira uma nova identidade.

Silva (2011) explica que a busca por novas identidades ocorre porque o indivíduo necessita marcar território e se fazer reconhecer como diferente dentre tantos outros. Essa prática foi intensificada pelas novas possibilidades

tecnológicas e o autor defende “a existência de comunidades virtuais como uma maneira de gerar identidades aos indivíduos participantes, com base em uma das consequências possíveis dos aspectos de globalização sobre as identidades culturais, a qual afirma que as identidades nacionais estão em declínio” (2011, p.9).

O termo ‘comunidade’ é discutido por diversos estudiosos da temática e André Lemos (2002) lembra que nem toda forma agregadora da Internet pode receber o título de comunitária, uma vez que em alguns desses agrupamentos os participantes não possuem qualquer vínculo afetivo e/ou temporal, são apenas formas pontuais de agregação eletrônica.

O que nos interessa enfatizar para esta reflexão são dois aspectos sobre as comunidades virtuais: a existência delas apenas no âmbito virtual e a escolha espontânea feita pelos participantes que desejam integrar o agrupamento, motivados pela sua identificação (interesse comum) e pelo sentimento de pertencimento.

O indivíduo, ao se inserir em comunidades virtuais, busca na realidade traços de identificação e não uma identidade única. Assim, um mesmo indivíduo pode fazer parte de diversificadas comunidades, dependendo do seu grau de interesse, adotando uma “pluralização” de identidades, quando a hibridização cultural acontece na prática (SILVA, 2011, p.14).

Assim, ao contrário das características das identidades nacionais impostas pelo Estado-nação como permanentes, hoje o próprio indivíduo seleciona suas marcas identitárias a partir do que é e do que deseja ser. Como o ambiente virtual apenas reflete as práticas sociais, funcionando como espelho da sociedade (não é, portanto, nem melhor, nem pior que ela), é também nesse espaço que nos deparamos com todo tipo de práticas, dentre elas uma que preocupa pais e educadores há algum tempo no ambiente escolar, agora se apresenta também na Internet: o *bullying*.

O termo *bullying* tem origem na palavra inglesa *bully* (adjetivo que significa “valentão”; verbo que significa “tiranizar”, “brutalizar”). Ao pesquisar sobre o assunto, Maidel explica que

[...] o termo compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais

estudante contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder (2009, p. 114).

O quadro abaixo sintetiza alguns dos inúmeros tipos de bullying existentes.

TIPOS DE BULLYING
Físico: como diz o nome, traz danos físicos para a vítima. O <i>bully</i> , ou agressor, bate, puxa o cabelo, belisca, morde, prende a pessoa em algum lugar ou realiza algum outro ato violento por um pequeno motivo ou sem motivo algum.
Verbal: tipo mais comum e mais difícil de ser identificado, pela facilidade com que as pessoas dizem coisas impensadas. São as famosas piadinhas, gozações, apelidos, ameaças e fofocas. A diferença entre este tipo de <i>bullying</i> e a mera brincadeira é que na brincadeira todos se divertem com a piada, e no <i>bullying</i> , o alvo da piada sofre.
Material: esconder, sujar, rasgar, estragar, jogar em algum local inacessível, riscar ou danificar os pertences da vítima. O <i>bully</i> quer sempre mostrar a sua força, e destruir os bens alheios é uma forma de intimidação.
Moral ou sentimental: parecido com o verbal, mas as principais diferenças são que, neste tipo, não existem as provocações, somente os apelidos, e são coisas que atacam diretamente o lado emocional da vítima, podendo fazer com que ela se afaste do convívio normal com as pessoas e enfrente sérios distúrbios, como bulimia, anorexia, mutilação, entre outros.
Psicológico: variação do tipo verbal ou moral. Pode fazer com que a pessoa sempre pareça culpada, e o <i>bully</i> faz coisas para culpar e prejudicar a vítima, o que pode acarretar problemas mais sérios, como depressão ou mania de perseguição.
Sexual: mais comum com meninas, Os principais focos do agressor são as garotas que se desenvolvem mais rápido ou que são muito atraentes.
Cyberbullying: é uma extensão dos tipos de <i>bullying</i> , que ocorre virtualmente, envolvendo o uso de tecnologias digitais.

Pois bem, o *bullying* migrou para o ambiente digital e passou a ser denominado de *cyberbullying*, pois envolve o uso de tecnologias digitais (e-mails, aplicativos de mensagens instantâneas, mensagens para celulares) e se manifesta em web sites pessoais, comunidades virtuais, sites de relacionamento, blogs, sites de votação, dentre outros.

COMO PODE OCORRER O CYBERBULLYING
Email, SMS, aplicativos: enviar, em nome da vítima, mensagens de conteúdo obsceno, rude ou violento por meio de correio eletrônico ou celular (SMS, WhatsApp, Telegram).
Chats: difundir boatos, fazer-se passar pela vítima e ofender as pessoas com quem fala.
Sites: inscrições da vítima em sites de pornografia, fóruns racistas etc.
Redes sociais: o bully posta perfil falso, ruim e maldoso em sites de relacionamento usando nome, foto e informações de contato da vítima.
Sítios de votação: criar temas para votação para denegrir a imagem da vítima, como “o mais gordo”, “O mais impopular” etc.

Maidel considera que muitos pais e educadores ainda subestimam práticas de *cyberbullying* porque elas geralmente ocorrem fora do alcance e da supervisão dos adultos e também porque muitas vítimas não reagem ou comentam a agressão sofrida. Mas os danos desse tipo de violência podem ser ainda maiores, pois “ela extrapola limites de tempo e local, invadindo e se fazendo presente em espaços anteriormente considerados protegidos e seguros para as crianças e adolescentes” (2009, p. 116).

O anonimato que os meios digitais possibilitam constitui-se em outro aspecto maléfico do *cyberbullying*, podendo encorajar comportamentos mais agressivos e a participação de indivíduos que, fora da rede, não se envolveriam com a agressão. Ybarra e Mitchell acrescentam que a modalidade cibernética do *bullying* parece não se caracterizar por uma relação desigual de poder. “No *cyberbullying* parece que diferença de idade, tamanho, desenvolvimento físico ou emocional e mesmo o maior apoio dos demais estudantes não são determinantes para sua prática” (2004 apud Maidel, 2009, p. 116).

Apesar do impacto do *cyberbullying* sobre a saúde física e emocional das vítimas, a prática na Internet traz ainda outro agravante: a enorme dificuldade de retirar as agressões (calúnias, difamação, informações degradantes) de circulação, transformando-as em perenes. De acordo com o marco legal

vigente⁷, os aplicativos e provedores de acesso não podem ser responsabilizados por postagens de seus usuários, o que significa que as publicações só podem ser retiradas do ambiente digital mediante ordem judicial.

Outra prática comum amplificada no ciberespaço é a do *discurso de ódio*, expressão utilizada para descrever a “[...] promoção do ódio e incitação à discriminação, hostilidade e violência contra uma pessoa ou grupo em virtude de raça, religião, nacionalidade, orientação sexual, gênero, condição física ou outra característica de um determinado grupo” (ARTIGO 19, 2014, p.1).

Encontramos o discurso de ódio na internet de forma explícita ou implícita, principalmente em sites ou páginas nas redes sociais. Não é raro lermos um texto de opinião ou até mesmo uma notícia nos sites noticiosos e, ao acessarmos os comentários logo abaixo, nos depararmos com ofensas não só ao autor do texto, como às pessoas referidas na matéria, e ainda troca de agressões verbais entre as pessoas que comentam a informação. A violência, o preconceito e a discriminação de múltiplas ordens estão presentes de forma acentuada na rede, reafirmando o que as pessoas já sentem ou praticam presencialmente.

De acordo com notícia do jornal O Globo, em 2016, o projeto “Comunica que Muda” realizou um levantamento nas plataformas digitais como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* para buscar mensagens e textos sobre temas como racismo, homofobia e posicionamento político. A pesquisa foi realizada entre os meses de abril e junho e identificou 393.284 menções a esses assuntos, sendo 84% delas com teor negativo, revelando preconceito e discriminação. Do total de mensagens analisadas, 219.272 tinham cunho político e, dessas, 97,4% eram de cunho negativo.⁸

Para Bob Vieira, diretor da agência promotora da investigação, o levantamento captou dois tipos de intolerância: “o visível, em que o agressor vai direto ao ponto; e o invisível, mais sutil, que se esconde em comentários

⁷ No Brasil, a Lei nº 12.965/14, conhecida como Marco Civil da Internet, entrou em vigor em 23 de junho de 2016, e regulamenta a neutralidade, a privacidade, a proteção e a liberdade de expressão, normatizando questões importantes, como a vigilância na web, internet livre, proteção a dados pessoais, conteúdo ilegal, dentre outras. Além disso, a lei também estabelece obrigações de reponsabilidade civil aos usuários e provedores de conteúdo.

⁸ Notícia disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-cultiva-discurso-de-odio-nas-redes-sociais-mostra-pesquisa-19841017>>, acesso em: jan-2018.

que podem passar despercebidos, pois abordam discursos que já foram incorporados pela sociedade, mas não pelas vítimas”. Para ilustrar, ele cita exemplos, como o da professora que manda a aluna alisar o cabelo ou do crítico do programa Bolsa Família do governo federal, que o chama pejorativamente de “esmola”.

Outros resultados importantes da pesquisa foram com relação à desigualdade de gênero e ao tratamento de pessoas com alguma deficiência. Foram 49.544 citações relacionadas à condição feminina (88% delas com viés intolerante, algumas sob a forma de piadas curtidas e compartilhadas pelos internautas) e outras 40.801 menções sobre pessoas com algum tipo de deficiência, das quais 93,4% foram negativas, com a utilização de expressões como “retardado mental” e “leproso”.

Muito recentemente a propagação de notícias falsas ou *Fake News* pela Internet tornou-se também mais um tema a ser discutido e compreendido. Os principais veículos noticiosos temem pela sua reputação e credibilidade diante da avalanche de falsas notícias que circulam na rede. Vejamos abaixo alguns exemplos mencionados em artigo do Jornal Folha de São Paulo:

FAKE NEWS
Vingança na Papuda: Em setembro de 2017, site “A Folha do Brasil”, que imita o logotipo da Folha, incluindo três estrelas abaixo do título, diz que presos na penitenciária Papuda ameaçaram “estuprar os corruptos”. FALSO: Justiça averigou o texto e concluiu que se baseava em informações “inverídicas”. A defesa do ex-ministro Geddel Vieira Lima (MDB-BA) chegou a pedir o relaxamento da prisão, o que não foi concedido.
Sem terra e sem energia: Em novembro de 2017, vídeos dizem que MST promove destruição de torres de energia elétrica em Correntina (BA). FALSO: o ataque a torres de energia foi feito por moradores da zona rural da Bahia, sem ligação com o MST, em protesto contra um projeto de irrigação de uma empresa agropecuária.
Dom Corleone do narco: Em novembro de 2017, texto em redes sociais acusava deputado do PSB de comandar narcotráfico. FALSO: Luiz Cláudio Romanelli (PSB-PR) foi acusado por um texto fake de ser o dono de uma carga de maconha apreendida no MS. A polícia negou qualquer investigação sobre o parlamentar e agora tenta chegar aos autores da montagem.
Terror cubano: Em janeiro de 2018, site diz que cubanos entraram no país para usar “armas” no dia do depoimento de Lula em Porto Alegre. FALSO: Acidente matou 3 de 4 cubanos no 1º dia de janeiro na BR 471, no Rio Grande do Sul. Segundo a polícia, os cubanos apenas queriam chegar ao Uruguai para pedir refúgio e nunca portaram armas ou planos de terrorismo.

Obviamente há muitos outros tipos de manifestações existentes no ciberespaço com relação à diversidade cultural. Seleccionamos aqui apenas algumas para ilustrar esse cenário. Para que possamos continuar a discussão no terceiro módulo do curso, queremos deixar algumas questões que possam provocar a reflexão sobre a temática: qual o papel do educador no combate a essas práticas agressivas e intolerantes à diversidade cultural? O que pode ser feito? Conforme indagam Abramowicz, Rodrigues e Cruz, como podemos propor uma educação que não esteja presa à forma-homem dominante: homem-branco-adulto-heterossexual-cristão, que é o modelo hegemônico?

Textos de apoio

→ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.C.; CRUZ, A. C. A diferença e a diversidade na educação. In: **Contemporânea**, n.2, p. 85-97, jul-dez.2011.
Disponível em:
<<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/38/20>>

→PRIMO, Alex. **A emergência das comunidades virtuais**.
Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/comunidades_virtuais.pdf>

→ Edição especial da revista Educação & Sociedade: Desigualdades e diversidade na educação.
Disponível em:
<<https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/edicao/50>>

Vídeos

→**Mas, afinal, o que é diversidade?**
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EAxcgrvxgLS>>

O filósofo, escritor e educador Mário Sergio Cortella tem uma série de vídeos breves disponíveis no site *You Tube* com trechos de entrevistas, palestras e aulas, nos quais nos propõe desafios e coloca questões importantes sobre a temática aqui abordada. Segue abaixo uma pequena relação desses vídeos:

⁹ Informação disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/02/stephanie-habrich-preparar-as-criancas-contra-as-fake-news.shtml>> Acesso em fev-2018.

→ **Reconhecer as diferenças não é elogiar as desigualdades.**

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OjcZka0GLx0>>

→ **Preste atenção em quem discorda de você.**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zRF6uXDPNyE>>

→ **Respeito à diversidade.**

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dxDJe23lYto>>

→ **Você não tem que gostar das pessoas, você tem que respeitar.**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ftK_uAbAM0w>

Atividades

1) Para discutir no Fórum:

“Temos o direito de ser iguais
sempre que as diferenças nos inferiorizem;
temos o direito de ser diferentes
sempre que a igualdade nos descaracterize”.
Boaventura Santos (1997)

A partir da afirmação acima, e das questões presentes no texto de trabalho deste módulo, registre no fórum seus comentários e opinião a esse respeito.

2) Relatório:

Todos nós conhecemos ou já vivenciamos experiências de desrespeito à diversidade cultural ocorridas no âmbito escolar ou na Internet. A partir de uma experiência vivida com seus alunos ou, se isso nunca ocorreu em suas turmas, por meio do conhecimento de algum caso dessa natureza, produza um relato da situação e seu desfecho, seja ele positivo ou negativo. Em outras palavras: conte o que ocorreu, como ocorreu e como terminou a experiência ou o caso.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUEZ, T.C.; CRUZ, A.C.J. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea**, São Carlos, n.2, p. 85-97, ago-dez. 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a aprendizagem**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

GOMES, Nilda Lino. Desigualdades e diversidade na educação. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, v.33, n. 120, p.687-693, jul-set. 2012,

LIMA, Lavina L.V. **Diversidade e mídias digitais na educação**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2013.

MAIDEL, Simone. Cybercultura: um novo risco advindo das tecnologias digitais. In: **Revista Electrónica de Investigación y Docencia** (REID), ISSN:1989-2446, vol. 2, jun 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. p. 279-316

_____. **Pela mão de Alice**. O social e o político na transição pós-moderna. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, Leandro T. Sociedade em rede: formação de identidades digitais. In: **Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais**, v. 8, n.2, - p. 07-15, jul./dez. 2011.

MÓDULO 3

3 Práticas de respeito à diversidade nas mídias digitais¹⁰

Na medida em que aumenta o número de indivíduos que acessa os ambientes digitalizados, cresce também a preocupação com práticas de intolerância nas mídias digitais no mundo inteiro. Em diversos países, o governo, a mídia, os movimentos sociais, as organizações não governamentais, as associações e os mais variados tipos de grupamento, dentre outros agentes da sociedade civil, estão promovendo debates, implementando políticas públicas, aperfeiçoando a legislação, desenvolvendo pesquisas e mobilizando cidadãos para combater o discurso de ódio nas redes digitais.

A diversidade é um combustível poderoso na promoção de transformações sociais e muitas iniciativas que estão sendo colocadas em prática no sentido de estimular o respeito às diferenças têm como princípio os Direitos Humanos¹¹. Considerados como direitos históricos, fundamentais e universais garantidos a todas as pessoas de qualquer parte do mundo, os direitos humanos constituem-se temática e conteúdo importante no ambiente escolar.

O educador é um agente na luta pela igualdade social, pelo respeito à diversidade e na busca da dignidade humana. O processo educacional que procura desenvolver-se na perspectiva dos direitos humanos tem como objetivo interiorizar nos alunos princípios de respeito, tolerância e igualdade, valores fundamentais na formação de um cidadão. E a cidadania só pode ser exercida se conhecermos os nossos direitos e deveres e, ao mesmo tempo, nos conscientizarmos do nosso papel social.

A Internet, em especial as redes sociais, pode ser uma grande aliada nesse processo, criando vínculos comunicacionais que fortalecem as trocas de

¹⁰ Texto de trabalho escrito como roteiro para o Módulo 3 da disciplina Mídias Digitais e Legitimação da Diversidade Cultural, do curso de especialização Mídias Digitais para a Educação, ministrado na modalidade EAD.

¹¹ Em 1948, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) cria e proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>.

informações, de opiniões e o debate, auxiliando na reflexão e no exercício da cidadania. É nessa arena de discursos que também vamos encontrar usuários que procuram combater os discursos de ódio criando contra-narrativas, nas quais informam, mobilizam, prestam serviços e/ou abrem espaços de participação.

Assim, da mesma forma que com uma simples pesquisa em mecanismos de busca no ciberespaço é possível encontrar inúmeras ocorrências de ofensas, agressões verbais e situações de incitação ao ódio, também é possível descobrir e conhecer iniciativas e práticas que buscam combater esse discurso utilizando vários tipos de recursos e desenvolvendo múltiplas ações e projetos.

No módulo anterior desta disciplina, apontamos para práticas de intolerância e desrespeito à diversidade cultural. Nosso objetivo agora é o de voltarmos nosso olhar para outras iniciativas: aquelas nas quais o educador possa se inspirar e, dessa forma, sentir-se incentivado a promover ações que o auxiliem no processo educativo e na formação de cidadãos que respeitem os direitos humanos.

Nesse sentido, selecionamos algumas iniciativas que julgamos possam ilustrar como as ferramentas digitais podem ser apropriadas pelos mais diversos usuários para combater a intolerância, o discurso de ódio e o *cyberbullying*. Chegamos a esses projetos por meio de notícias divulgadas na imprensa, pesquisa na Internet e leitura de textos acadêmicos que nos possibilitassem conferir a legitimidade das iniciativas. Trata-se de uma amostra aleatória, selecionada com base em dois critérios: a diversidade de seus autores e a preocupação com uma educação para os Direitos Humanos. A finalidade é exemplificar, provocar a reflexão, a discussão e a participação da comunidade escolar, além de servir como ponto de partida para outras iniciativas semelhantes. Vamos a elas!

Humaniza Redes¹²

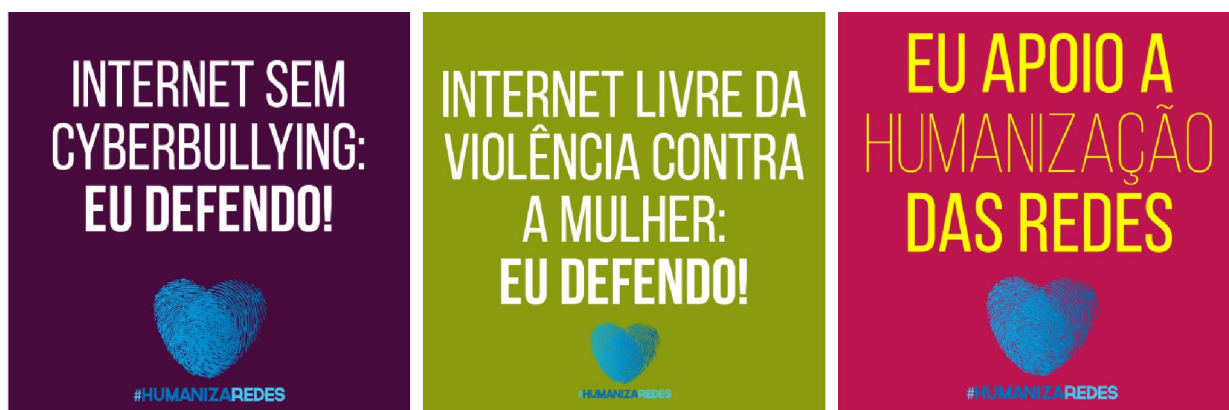
O projeto Humaniza Redes – Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na internet é uma iniciativa do Governo Federal que tem como objetivo garantir mais segurança na rede, principalmente para as crianças e adolescentes, e fazer o enfrentamento às violações de Direitos Humanos que acontecem online. O Humaniza Redes atua em três frentes: denúncia, prevenção e segurança.

O usuário dispõe de um espaço para denunciar online violação dos direitos humanos, preconceito e discriminação. Para isso, ele escolhe dentre as opções de conteúdo oferecidas no site e envia a denúncia. Depois, a Ouvidoria do projeto analisa cada denúncia e, se há uma correspondência entre o link e o conteúdo indicados, encaminha aos órgãos competentes para fazer a avaliação se houve crime ou violação, de acordo com a legislação vigente no Brasil.

Além disso, em parceria com a Abranet – Associação Brasileira de Internet, o projeto atua na criação de ações de divulgação das atividades do Humaniza Redes e de campanhas contra violações de Direitos Humanos na internet. A finalidade é orientar os usuários da rede, especialmente o público jovem, sobre como proceder caso seja vítima de alguma violação e também prevenir, informando sobre dicas de segurança para evitar crimes como pedofilia e pornô de vingança.

Amparados pelo Marco Civil da Internet, pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelos Princípios da Governança na Internet, o projeto governamental defende a promoção de um ambiente digital seguro e entende que, dessa maneira, pode contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva, não discriminatória e livre de abusos.

¹² As informações sobre o projeto foram retiradas da página disponível em: <<http://www.humanizaredes.gov.br/>>. Acesso em: janeiro-2018.



Alguns avatares disponíveis para download no site do projeto Humaniza Redes¹³.

SaferNet Brasil¹⁴

De acordo com informações postadas no site da organização, a SaferNet Brasil “é uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial”. Fundada em 20 de dezembro de 2005, a associação tem como objetivo principal a defesa dos direitos humanos na Internet no Brasil.

Para isso, mantém a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, operada em parceria com os Ministérios Públicos e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), por meio do projeto Humaniza Redes. Dispõe ainda de uma equipe de psicólogos que atendem por meio de um canal *online* (HelpLine Brasil¹⁵), em tempo real, aqueles que necessitam orientações e ajuda para enfrentar situações de violência em ambientes digitais, como intimidações, chantagens, tentativas de violência sexual, dentre outras.

¹³ Disponível em: <<http://www.humanizaredes.gov.br/avatar/>>.

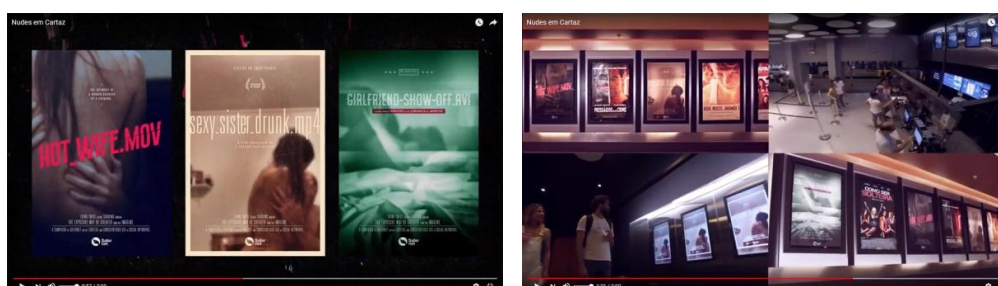
¹⁴ Disponível em: <<http://new.safernet.org.br/>>.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.canaldeajuda.org.br/helpline/>>



Print da tela do serviço HelpLine, oferecido pelo Safernet

A SaferNet desenvolve uma série de ações e projetos de mobilização, sensibilização e educação de diversos públicos. Produz conteúdos e tecnologias de enfrentando aos crimes cibernéticos, disponibilizando em seu endereço eletrônico materiais informativos e educativos, como cartilhas, vídeos e artigos. Conforme explicam em sua página, “nosso ideal é transformar a Internet em um ambiente ético e responsável, que permita às crianças, jovens e adultos criarem, desenvolverem e ampliarem relações sociais, conhecimentos e exercerem a plena cidadania com segurança e liberdade”.



Prints do vídeo Nudes em Cartaz¹⁶

Recentemente a SaferNet criou o SaferLab, um laboratório de ideias para estimular jovens de 16 a 25 anos a criarem contra-narrativas ao discurso de ódio. Concorrendo a uma premiação, os interessados podem inscrever seus projetos e participar. A ideia central da iniciativa é divulgar informações sobre

¹⁶ Campanha “Em Cartaz”, realizada pela SaferNet em parceria com a agência de publicidade Leo Burnett Tailor, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OgmzHjew-q0>>

diferentes grupos, sobretudo aqueles que são alvo de discriminação e violência *online*. Também fazem parte desse projeto um [jogo de cartas](#) chamado #ChamaPraConversa¹⁷, que está disponível gratuitamente na internet, e um guia para a produção das contra-narrativas¹⁸.

Manual Referências¹⁹

A preocupação do continente europeu com fenômeno crescente do discurso de ódio, onde se inclui também o *ciberbullying*, levou o Conselho da Europa a publicar “Referências – Manual para o combate contra o discurso de ódio *online* através da Educação para os Direitos Humanos”. Com 214 páginas, o manual foi lançado em Portugal pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude, em 2016.

Dados divulgados pelo Instituto no período de lançamento do Manual, revelam que 6% dos usuários de internet da Europa entre 9 e 16 anos já foram alvo de *bullying online*, sendo insultados, apossados, discriminados ou ameaçados, em sua maioria nas redes sociais. Diante desse quadro, o objetivo do Conselho Europeu com essa publicação é educar para os direitos humanos, conseguir multiplicar os agentes formadores e, assim, diminuir o discurso de ódio na internet. Por isso, associações que trabalham com o público infantil, professores e educadores também fazem parte da iniciativa.

O Conselho da Europa criou ainda o Observatório do Discurso do Ódio, onde são analisados os *posts* das redes sociais denunciados, e disponibilizou uma linha telefônica denominada Internet Segura para prestar apoio de forma anônima e confidencial sobre questões relacionadas ao uso da tecnologia.

¹⁷ Disponível em: <<http://saferlab.org.br/baralho.pdf>>.

¹⁸ Disponível em: <<http://saferlab.org.br/guia.pdf>>.

¹⁹ Trata-se de uma publicação do Conselho da Europa, disponível para download em: <http://www.odionao.com.pt/media/5369/ReferenciasPT2016_BOOK.pdf>



Manual elaborado pelo Conselho da Europa

Outras iniciativas

A organização Ciudadania 2.0, que reúne projetos e iniciativas sobre a temática, menciona algumas iniciativas que mostram a relação entre o mundo analógico e o digital²⁰. Uma dessas iniciativas ocorreu em 2013, no México, quando o *Consejo Nacional para la Prevención de la Discriminación*, a agência Olgivy e o *Museo de Memoria y Tolerancia* lançaram uma campanha chamada “Tweetbalas: Palavras que Ferem”. Para isso, foi criado um algoritmo para identificar *tweets* que continham palavras discriminatórias e, para cada cinco deles encontrados, era disparada uma bala de tinta em uma placa suspensa no museu onde estava escrita a palavra México. Pela Internet era possível acompanhar a iniciativa em tempo real, pois uma câmera filmava a parede no museu e os usuários podiam selecionar uma mancha de tinta e ver os *tweets* discriminatórios que a geraram.

²⁰ Disponível em: <<https://ciudadania20.com/opinioes/discriminacao-e-abuso/>>.



Campanha *Tweetbalas*: Palavras que Ferem

No Brasil, a organização não governamental Criola, que luta pela igualdade racial de mulheres negras, realizou a campanha “Racismo virtual. As consequências são reais”²¹, na qual peças de mídia exterior contendo comentários racistas encontrados no Facebook foram espalhadas em pontos próximos das moradias dos ofensores. A intenção foi a de tirar o racismo da Internet e expô-lo na rua como estratégia para conscientizar a população sobre as ações que ocorrem nas redes.



Peça da campanha da ONG Criola

Outro exemplo de como o mundo *online* pode conectar-se com o *off-line* é a criação de uma página no Facebook, chamada Eu Empregada Doméstica²², na qual Joyce Fernandes, ex-empregada doméstica, explica o porquê da existência da iniciativa:

²¹ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-consequencias-reais-do-racismo-virtual/>>.

²² Disponível em: <<https://www.facebook.com/euempregadadomestica/>>

No dia 19/07 comecei a relatar alguns casos que aconteceu comigo quando eu era empregada doméstica, e logo veio à ideia de expor não só a minha história, mas dividir isso com os meus seguidores aqui no Facebook e incentivar as pessoas contarem os seus relatos ou relatos das mulheres de suas famílias que já foram ou são empregada doméstica. Recebi muitos relatos e resolvi criar essa página para divulgar. Quem sabe juntos podemos mudar a situação dessas mulheres que a patroa dizem que são como se fossem da família, porém não são tratadas como seus entes queridos.

Na página é possível encontrar relatos como este:



Eu Empregada Doméstica

September 12 at 2:00pm · 🌐

(Relato D.S.F)

Trabalhava todos os dias lá e levava minha alimentação todos os dias até mesmo minha água pq minha patroa comprava água para ela e eu tinha que beber água da torneira que era cloro puro, a merenda que ela me fornecia era biscoitos vencidos que tinha na prateleira que ela comprava para ela comer e chegava a se vencer, então ela nos dava para comer. No almoço, só tinha almoço pra ela pq a gente não podia comer da mesma comida e ela não comprava para que eu pudesse fazer a minha própria alimentação, mandava a gente comer 1 banana e quando comia ela ficava reclamando pq iria acabar. Lembro que fui supermercado fazer as compras e tinha na lista papel higiênico o que ela usava estava mais em conta que todos os outros então acabei comprando o mesmo para o uso no banheiro das empregadas, quando cheguei que ela viu que eu tinha comprado o papel da mesma marca que o dela, ela disse que não era para usar o mesmo papel higiênico que o dela para limpar o nosso "bicho" e o nosso "rabo" pq era caro para nós usarmos.

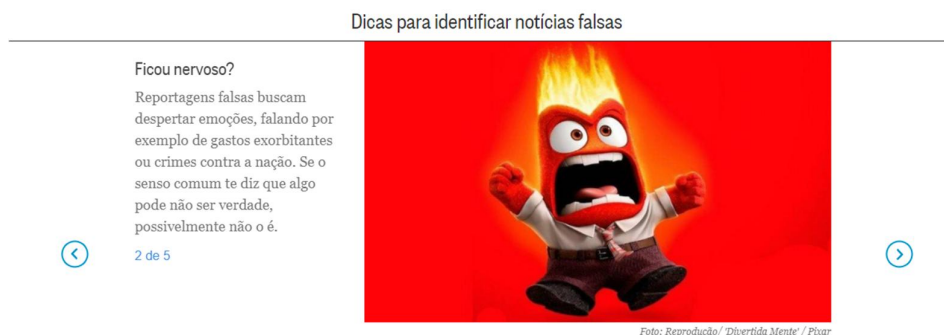
#EuEmpregadaDoméstica

Post da página Eu Empregada Doméstica no Facebook

Notícias falsas

O discernimento sobre a veracidade das notícias tornou-se assunto de debate e de preocupação, principalmente dos veículos de comunicação, cujas empresas têm sua credibilidade ameaçada. Vários veículos impressos tradicionais no Brasil que também têm sua versão digital estão orientando seus

leitores a respeito das notícias falsas. É o caso do jornal O Globo que disponibiliza uma apresentação em slides com dicas para identificar notícias falsas²³,



Print de slide das dicas elaboradas pelo jornal O Globo

Recentemente, o jornal Folha de São Paulo organizou um seminário para discutir o jornalismo, no qual o diretor do jornal espanhol *El País*, Antonio Caño, referindo-se às *fake news*, afirmou: "Nosso objetivo é criar leitores críticos em relação a nossas próprias informações, reportagens e editoriais, para que se defendam da desinformação; são eles, os cidadãos informados, que devem combater essa praga".²⁴

O direito da criança de acesso às mídias e participação no debate público está assegurado na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia-Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) em 1989²⁵, e assinada pelo Brasil, em 1990. Stéphanie Habrich, editora do jornal infanto-juvenil O Joca, defende que esse público também deve ser preparado contra as falsas notícias. "Não há maneira de controlar o que nossos filhos leem ou veem o tempo todo, mas podemos incluí-los no debate,

²³ Informação disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/dicas-para-identificar-noticias-falsas-20916539>>

²⁴ Informação disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/missao-do-jornalismo-de-qualidade-e-criar-leitores-criticos.shtml?loggedpaywall>>

²⁵ Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>.

compartilhar e discutir notícias com eles, ensinando-os a buscar fontes confiáveis e a exercitarem o senso crítico”.²⁶

No ano passado, o *Facebook* empreendeu uma campanha para diminuir o fluxo de notícias falsas dentro da rede social. O usuário, ao entrar na sua conta, deparava-se com um conjunto de orientações para identificar uma notícia falsa. As recomendações foram elaboradas pela empresa, em parceria com a *First Draft*, uma organização que oferece orientação sobre como encontrar, verificar e publicar conteúdo verossímil na Internet. A campanha circulou em 14 países, dentre eles o Brasil.

DICAS DO FACEBOOK ²⁷
1. Seja cético com as manchetes. Notícias falsas frequentemente trazem manchetes apelativas em letras maiúsculas e com pontos de exclamação. Se alegações chocantes na manchete parecerem inacreditáveis, desconfie.
2. Olhe atentamente para a URL. Uma URL semelhante à de outro site pode ser um sinal de alerta para notícias falsas. Muitos sites de notícias falsas imitam veículos de imprensa autênticos fazendo pequenas mudanças na URL. Você pode ir até o site para verificar e comparar a URL de veículos de imprensa estabelecidos.
3. Investigue a fonte. Certifique-se de que a reportagem tenha sido escrita por uma fonte confiável e de boa reputação. Se a história for contada por uma organização não conhecida, verifique a seção “Sobre” do site para saber mais sobre ela.
4. Fique atento com formatações incomuns. Muitos sites de notícias falsas contêm erros ortográficos ou layouts estranhos. Tenha cuidado se perceber esses sinais.
5. Considere as fotos. Notícias falsas frequentemente contêm imagens ou vídeos manipulados. Algumas vezes, a foto pode ser autêntica, mas foi retirada do contexto. Você pode pesquisar pela foto ou imagem para verificar de onde ela veio.
6. Confira as datas. Notícias falsas podem conter datas que não fazem sentido ou até mesmo datas que tenham sido alteradas.
7. Verifique as evidências. Verifique as fontes do autor da reportagem para confirmar que são confiáveis. Falta de evidências sobre os fatos ou menção a especialistas desconhecidos pode ser uma indicação de notícias falsas.

²⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/02/stephanie-habrich-preparar-as-criancas-contras-fake-news.shtml>>.

²⁷ Informação disponível em: <<https://www.facebook.com/help/188118808357379>>.

8. **Busque outras reportagens.** Se nenhum outro veículo na imprensa tiver publicado uma reportagem sobre o mesmo assunto, isso pode ser um indicativo de que a história é falsa. Se a história for publicada por vários veículos confiáveis na imprensa, é mais provável que seja verdadeira.

9. **A história é uma farsa ou uma brincadeira?** Algumas vezes, as notícias falsas podem ser difíceis de distinguir de um conteúdo de humor ou sátira. Verifique se a fonte é conhecida por paródias e se os detalhes da história e o tom sugerem que pode ser apenas uma brincadeira.

10. **Algumas histórias são intencionalmente falsas.** Pense de forma crítica sobre as histórias lidas e compartilhe apenas as notícias que você sabe que são verossímeis.

Observatório Proxi

Em 2015, pesquisadores espanhóis criaram o projeto Projeto Online contra a Xenofobia e a Intolerância – Observatório Proxi²⁸. O grupo acompanhou durante oito meses os fóruns de comentários de notícias sobre imigração e população roma (conhecida como população cigana) em três sites de maior audiência na internet. Nesse período, os pesquisadores, além de analisarem 4.777 comentários postados 414 fóruns de notícias, também participaram dos fóruns buscando reduzir os níveis de aceitação do discurso da intolerância.

Os resultados do estudo revelaram que aproximadamente 60% dos comentários continham discurso intolerante. No entanto, esse número pode ser maior porque foi constatado que muitos comentários não passaram pelos filtros de moderação aplicados previamente. Em primeiro lugar, então, aparecem as opiniões intolerantes, seguidas pelas consideradas neutras por não expressarem nenhum posicionamento (29%) e, de forma minoritária, está o discurso alternativo, com base na tolerância e no respeito à diversidade, com 11% de ocorrências.

A participação do Observatório nos fóruns não pretendeu dialogar com os autores de mensagens de intolerância, mas sim com o usuário que utiliza a leitura dessas opiniões para formar a sua própria. A ação de intervenção foi bem avaliada pelos pesquisadores porque provocou alguns diálogos

²⁸ Disponível em: <<http://www.observatorioproxi.org/images/pdfs/INFORME-proxi-2015.pdf>>.

construtivos entre os comentaristas e estimulou a participação de outros leitores tolerantes.

Dentre as conclusões do projeto, está o papel que os meios de comunicação exercem com relação ao tom das notícias, a linguagem empregada e a falta de acompanhamento dos fóruns por profissionais qualificados. Durante a pesquisa, o Observatório fez pressão nas redes sociais para que os portais retirassem opiniões insultantes e degradantes e obteve sucesso com isso. Além disso, em suas conclusões o estudo apresenta ações recomendadas para prevenir e combater a intolerância nas redes.

RECOMENDAÇÕES AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
Aprimorar os sistemas de moderação e reforçar as equipes responsáveis pela triagem dos comentários.
Dar tratamento adequado e respeitoso à diversidade social.
Estabelecer mecanismos de colaboração com entidades dedicadas à luta contra a intolerância.
RECOMENDAÇÕES AOS PODERES PÚBLICOS
Impulsionar iniciativas contra a intolerância na internet, desenvolvendo campanhas criativas <i>online</i> .
Fomentar a capacitação de profissionais da comunicação e internautas na identificação da intolerância.
Criar ou reforçar órgãos públicos para o combate ao discurso de ódio.
RECOMENDAÇÕES À SOCIEDADE CIVIL
Coordenar estratégias de mobilização e participação de ativistas online.
Levar campanhas sobre tolerância para espaços virtuais dominados pelo discurso negativo.
Pressionar os meios de comunicação a manterem um tom mais respeitoso em seus fóruns.

Textos de apoio

MUSSOI E.M. et al. **Comunidades Virtuais: um novo espaço de aprendizagem.**

Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/10183/22887>>

MORIGI, V. J. et al. **Práticas informacionais do humaniza redes no facebook: combatendo o discurso de ódio em redes sociais.**

Disponível em:

<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000017596/2132a80b84610cd44d75d0aecc0f90d8>>

Vídeos

A luta contra o discurso de ódio na internet

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f5-SwDfSs-E>>

Campanha Internet sem Vacilo

As peças da campanha estão disponíveis nos seguintes endereços:

<<https://www.youtube.com/watch?v=QNNWZsW2cHA>>

<<https://www.youtube.com/watch?v=uhQJ9PtMcls>>

<<https://www.youtube.com/watch?v=jok8JWyaXTM>>

<<https://www.youtube.com/watch?v=ehMAdF7Dlt4>>

Atividade

Considerando o conteúdo deste módulo da disciplina, elabore um projeto para prevenir e/ou combater a intolerância à diversidade cultural. Para isso, utilize as mídias digitais e, se possível, inclua os alunos na elaboração do projeto.

Se necessitar, no link abaixo há um breve roteiro para elaboração de projetos, mas **ATENÇÃO!** É apenas uma sugestão. Se já houver um modelo de projeto que a sua Escola utiliza, adote-o.

<<https://pedagogiaaopedaletra.com/roteiro-para-elaboracao-de-projetos-2/>>

Referências

BRASIL. **Humaniza Redes**. 2015. Disponível em:

<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000017596/2132a80b84610cd44d75d0aecc0f90d8>>. Acesso em: janeiro-2018

CONSELHO DA EUROPA. **Referências** - Manual para o combate do discurso de ódio online através da Educação para os Direitos Humanos – Trad. Maria João Dornelas. ISBN 978-989-99744-0-1, dezembro-2016.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MORIGI, V. J. et al. Práticas informacionais do humaniza redes no facebook: combatendo o discurso de ódio em redes sociais. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 16, 2015.

MUSSOI E.M. et al. **Comunidades Virtuais: um novo espaço de aprendizagem**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/22887>>. Acesso em: janeiro-2018

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: Representação UNESCO no Brasil, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: janeiro-2018.

SOARES, Maria Victoria. Cidadania e direitos humano. In: CARVALHO, José (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

UNICEF. A Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: janeiro-2018.